



Carta ao Papa Leão XIV

*Ofício ao Santo Padre
Sua Santidade, Papa Leão XIV*

Assunto: A Primeira Infância como fundamento da justiça, da paz e da dignidade Humana e sua situação no mundo. Protagonismo da Igreja na convocação de um Fórum Mundial pelas Crianças.



*Não há revelação mais clara da alma de uma sociedade do
que a forma como ela trata suas crianças.*

Nelson Mandela



Vossa Santidade,

Com profundo respeito e em espírito de comunhão com a missão pastoral da Igreja, apresento à Vossa Santidade uma síntese de evidências científicas recentes, reunidas por organismos das Nações Unidas, que revelam uma verdade simples e poderosa: o destino das nações, a cultura da paz e a esperança da humanidade começam no cuidado com as crianças pequenas, mesmo antes delas nascerem.

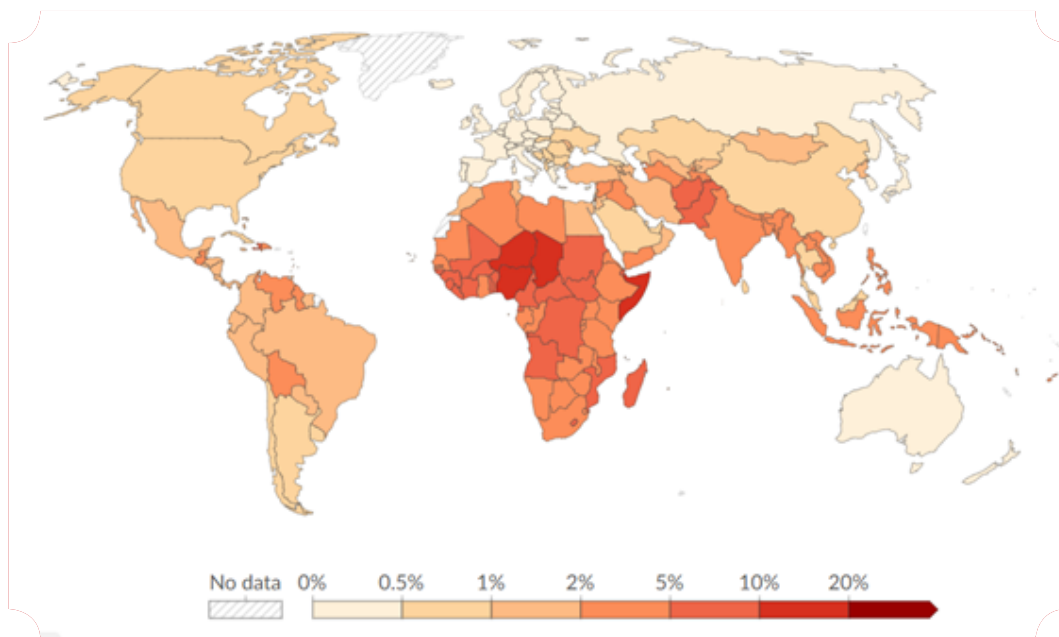
A ciência contemporânea confirma que o período da gestação aos três anos de vida constitui a fase mais decisiva do desenvolvimento humano. É nesse tempo que o cérebro cresce com maior rapidez, formando as bases da inteligência, da saúde emocional e da capacidade de aprender. Quando faltam qualidade de vida, nutrição adequada, proteção, afeto e estímulo, as perdas são muitas vezes irreversíveis. Assim, a pobreza e as desigualdades que ferem a criança pequena perpetuam-se como pobreza de oportunidades ao longo da vida.

O relatório conjunto da Organização Mundial da Saúde e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Nurturing Care Framework Progress Report 2018 – 2023 Reflections and Looking Forward) reconhece que o desenvolvimento na primeira infância é um direito humano universal, inscrito na Convenção sobre os Direitos da Criança. Toda criança — rica ou pobre, em paz ou em guerra, com ou sem deficiência — traz em si uma promessa que deve ser protegida com igual dignidade. Todas as primeiras infâncias do mundo devem ser protegidas.

Cerca de 5 milhões de crianças com menos de cinco anos morrem por ano no mundo, o que significa 14 mil dessas mortes por dia, sendo 10 crianças por minuto. Isso é inaceitável, levando em consideração de que a maioria morre por causas evitáveis e como consequência das desigualdades. Nas palavras de Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia 2001, a desigualdade é consequência das decisões e omissões dos governos. Portanto é possível mudar essa realidade.

Taxa de Mortalidade na Infância

A proporção estimada de crianças que morrem antes de completar cinco anos de idade.



Fonte: Data source: United Nations Inter-agency Group for Child Mortality Estimation (2025) –
Learn more about this data - [OurWorldinData.org/child-mortality](https://ourworldindata.org/child-mortality) | CC BY

Os dados são alarmantes: cerca de 250 milhões de crianças menores de cinco anos em países de baixa e média renda estão em risco de não atingir seu pleno potencial por desnutrição e pobreza nos primeiros anos de vida. As nações que não protegem adequadamente sua infância podem perder, no futuro, até duas vezes o seu produto interno bruto em custos sociais, de saúde e de educação. Não se trata apenas de economia, mas de justiça social e de responsabilidade moral diante das gerações futuras.

Há situações imediatas que merecem atenção mundial. Em relação às mudanças climáticas, a exposição de crianças às intempéries e vulnerabilidades se torna dramática. No mundo há 2,4 bilhões de crianças. 820 milhões estão expostas às ondas de calor. Cerca de 920 milhões estão expostas à escassez de água e 600 milhões estão atualmente, altamente expostas a doenças transmitidas por vetores como malária e dengue, entre outras. Segundo o UNICEF, a crise climática é uma crise de direitos das crianças.

Santo Padre, como sabe, a raiz das desigualdades começa na primeira infância. A ciência hoje demonstra que as desigualdades que marcam a vida adulta começam nos primeiros mil dias de vida, a partir da gestação. Onde faltam nutrição, qualidade de vida, afeto e proteção, o cérebro não se desenvolve plenamente — e nenhuma política futura consegue reparar completamente essa perda.

Entretanto, há sinais de esperança. Desde 2018, quase uma centena de países adotou políticas nacionais integradas para a primeira infância, reconhecendo que cuidar das crianças pequenas não é tarefa de um único setor, mas compromisso de toda a sociedade. O novo consenso internacional afirma que a primeira infância não é e nem poderia ser um programa isolado, mas o resultado de ações coordenadas que asseguram saúde, nutrição, segurança, aprendizagem precoce e cuidado responsivo das famílias, tudo ao mesmo tempo.

A família é o primeiro santuário da vida. O relatório também evidencia algo profundamente consonante com a doutrina social da Igreja: cuidar dos cuidadores é cuidar das crianças. A saúde física e mental dos pais e responsáveis determina a qualidade do cuidado, do amor e da atenção que oferecem. Onde as famílias recebem apoio, orientação e proteção social, florescem crianças mais seguras, solidárias e capazes de construir a paz. Quando apoiamos mães, pais e famílias, protegemos a infância e, com ela, a garantia dos direitos das crianças e o futuro das nações.

A Igreja Católica mostrou no Brasil, nas últimas décadas, por meio do trabalho comunitário da Pastoral da Criança, com crianças e famílias pobres, sob a liderança da Dra. Zilda Arns Neumann, irmã do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, em trabalho iniciado por sugestão desse último, que era possível, em atividades dedicadas às populações vulneráveis, diminuir a mortalidade infantil e melhorar a alimentação e nutrição no início da vida. Esse trabalho serviu de inspiração para dezenas de países.

Pelo lado da educação, ouvimos muito bem as palavras do Santo Padre, quando por ocasião do LX Aniversário da Declaração Concilionária GRAVISSIMUM EDUCATIONIS, desde a Basílica de São Pedro, em 27 de outubro de 2025, lembra o Pacto Global pela Educação, legado do Papa Francisco, onde em pelo menos dois dos seus sete caminhos, estão voltados a: ouvir as crianças e os jovens e reconhecer a família como educadora primária, o que fortalece significativamente o cuidar carinhoso e amoroso, sabendo que as crianças são sujeito de direito onde elas, desde cedo, estão felizmente expostas aos cuidados de suas famílias, como os seus primeiros educadores.

No Brasil, segundo a Constituição Federal, que é a Lei Maior do país, se determina que a criança é prioridade absoluta. No entanto, mesmo tendo uma lei que é específica para crianças de zero a seis anos, que é o Marco Legal da Primeira Infância, mesmo com os inegáveis avanços nas últimas décadas, ainda estamos muito longe de se ter uma posição que se possa considerar confortável. O Brasil, é a 11ª economia do mundo, mas ainda está em inacreditável 89º lugar em relação ao índice de desenvolvimento humano, com indicadores muito preocupantes. Há muito o que se fazer.

Nós, dos 33 Tribunais de Contas do país, desde 2022 estamos envidando esforços coletivos, com o objetivo de, não apenas fazer o controle das contas dos governos, em todas as instâncias, mas, também, felizmente, estamos ampliando o foco, para contribuir na avaliação, implantação e monitoramento de políticas públicas, especialmente aquelas destinadas à primeira infância, esse motivo vem, principalmente, a partir dos conhecimentos das evidências científicas e da compreensão do que fala Jack Shonkoff, ex-diretor do Center on the Developing Child, da Universidade de Harvard, de que os primeiros anos de vida são importantes, porque o que ocorre na primeira infância, faz a diferença por toda a vida.

Santidade, a Igreja sempre foi voz profética em defesa dos mais vulneráveis. Temos a certeza de que a sua voz que tem poder e força, que ecoa como um farol para a humanidade, pode fazer a diferença. Diante da gravidade e da universalidade dos desafios que afetam as crianças do mundo todo, ousa humildemente sugerir à Vossa Santidade que, pessoalmente, possa assumir um papel de protagonismo na convocação de um Fórum Mundial pelas Crianças, iniciativa inédita na história das nações.

Seria um Fórum com a participação dos países, sob a intermediação das Nações Unidas, reunindo governos, organismos internacionais, instituições religiosas, organizações da sociedade civil, academia e setor empresarial, para pactuar compromissos mundiais, concretos, em favor da infância, especialmente da primeira infância. Que este chamado, se aceito, possa partir da autoridade moral da Santa Sé e que o Brasil, país de profunda tradição cristã e de reconhecida experiência em mobilização social pela infância, possa acolher este encontro, como terra de esperança e fraternidade entre os povos.

Finalizo afirmando que a proteção e a promoção do cuidado integral e amoroso na primeira infância é garantir seus direitos agora e semear um futuro com vida de qualidade, menos violência, menos pobreza, menos desigualdades, mais escolaridade, mais justiça e maior fraternidade entre os povos. Proteger o começo da vida é ter a certeza de esperança em um mundo melhor.

Sob o manto de Nossa Senhora, sigo minha peregrinação na defesa dos direitos das crianças e, para tanto, rogo suas bençãos, Santíssimo.

Goiânia, 04 de março de 2026



Edson José Ferrari

Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás

Presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa

Coordenador da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil para a Primeira Infância

 +55 62 99686-1358

 eferrari@tce.go.gov.br

 Gabinete do Conselheiro Edson Ferrari
Avenida Ubirajara Berocan Leite, 640,
Setor Jaó, Goiânia – GO. 74.674-015
Brasil